

CNPJ: 13.284.658/0001-14

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2024

O MUNICÍPIO DE GUAJERU-BA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Antônio Carlos Magalhães, nº 124 nesta cidade de Guajeru-Ba, inscrita no CNPN sob o nº 13.284.658/0001-14, através do Fundo Municipal Assistência e Desenvolvimento Social, Praça Antonio Carlos Magalhaes, nº 124, centro, na cidade de Guajeru-Ba, inscrito no CNPJ sob o nº 18.083.564/0001-09 torna público para conhecimento dos interessados que realizará Chamamento Público para Dispensa de Licitação/Compra Direta, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/21, Decreto Municipal nº 006, de 03 de Janeiro de 2024 e Decreto Municipal nº 007, de 03 de Janeiro de 2024 torna que fará realizar PROCESSO LICITATÓRIO na modalidade Dispensa de Licitação nº 036/2024, do tipo MENOR PREÇO Global, para seleção da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículo do Tipo ônibus, com motorista para atender o grupo de idosos da Melhor Idade, mediante oferta de atividades planejadas e regidas pelos eixos norteadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, sob gestão do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS de Guajeru/BA, conforme objeto e demais indicações, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

DATA E HORA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS	DO DIA 23/10/2024 A 25/10/2024, ÀS
PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	17:00 HORAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	licitacaoguajeru@gmail.com

Vera Lúcia Teixeira dos Santos Agente de Contratação

Obs.: Será sempre considerado o horário de Brasília-DF para todas as indicações de tempo constantes neste edital.



Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU

Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba CEP: 46.205.000 CNPJ: 13.284.658/0001-14

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 036/2024

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO II DO ART. 75 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS ULTERIORES ALTERAÇÕES

I. PROCESSO Nº 092/2024

II. PARECER REFERENCIAL Nº 036/2024

III. O MUNICÍPIO DE GUAJERU-BA, através do Fundo Municipal Assistência e Desenvolvimento Social, Praça Antonio Carlos Magalhaes, nº 124, centro, na cidade de Guajeru-Ba, inscrito no CNPJ sob o nº 18.083.564/0001-09, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Chamamento Público para Dispensa de Licitação/Compra Direta, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/21, Decreto Municipal nº 006, de 03 de Janeiro de 2024 e Decreto Municipal nº 007, de 03 de Janeiro de 2024 torna que fará realizar, de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Edital e seus anexos, objetivando adquirir a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA E HORA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	DIA 25/10/2024, ÀS 17:00 HORAS	
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	licitacaoguajeru@gmail.com	

1. OBJETO

Constitui objeto deste Chamamento Público para dispensa de licitação/Compra Direta Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículo do Tipo ônibus, com motorista para atender o grupo de idosos da Melhor Idade, mediante oferta de atividades planejadas e regidas pelos eixos norteadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, sob gestão do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS de Guajeru/BA.

1.1. , de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo III - Termo de Referência do Edital/Especificações Gerais da Contratação.

EXIGÊNCIA D CONTRATO	_	TIPO	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
SIM	IMEDIATA	MENOR PREÇO	GLOBAL

- 1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:
 - 1.2.1. ANEXO I Proposta de Preços;
 - 1.2.2. ANEXO II Declarações Complementares;
 - 1.2.3. ANEXO III Termo de Referência/ Especificações Gerais da Contratação.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1. A despesa decorrente do serviço ocorrerá à conta dos seguintes recursos orçamentários:
 - 1.Órgão: 0309 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
 - 2.Projeto/Atividade: 2071 SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
 - 3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviço Terceiro Pessoa Jurídica



CNPJ: 13.284.658/0001-14

3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR ESTIMADO

- **3.1.** O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)**, resultante de pesquisa de mercado efetuada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que será considerado como valor máximo admissível para a contratação.
- **3.2.** Com base na pesquisa supracitada, deverá observar os preços unitários máximos do item que compõe a contratação, conforme indicados no **ANEXO III Termo de Referência**.

4. PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

- 4.1. O presente CHAMAMENTO PÚBLICO ficará ABERTO POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data de publicação do AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO/COMPRA DIRETA, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: licitacaoguajeru@gmail.com, ou presencialmente para no Departamento de Licitações e Contratos na Sede da Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba, ambos encaminhamentos fazendo referência à DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 036/2024.
- 4.2. Limite para apresentação da Proposta de Preços: 25/10/2024 às 17:00h.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- **5.1.** Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto pretendido.
- **5.2.** Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:
 - **5.2.1.** proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
 - **5.2.2.** que não atendam às condições deste Edital.
 - **5.2.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - **5.2.4.** que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;
 - **5.2.5.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão $n^{\circ}746/2014$ TCU Plenário);
 - **5.2.6.** Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

6. PROPOSTA DE PREÇOS

- **6.1.** A proposta de preços deverá ser apresentada conforme o item 4.1 deste Edital, acompanhada dos documentos de Habilitação de que trata o Item 7 deste Edital.
- **6.2.** A **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá ser apresentada na forma do **Anexo I** deste Edital, redigida em papel timbrado do INTERESSADO, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Edital, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:
 - **6.2.1.** Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail e pessoa de contato;



Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU

Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba CEP: 46.205.000 CNPJ: 13.284.658/0001-14

- **6.2.2.** Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;
- **6.2.3.** Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.
- **6.3.** A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.
- **6.4.** Para a correta elaboração da proposta de preços, deverá o INTERESSADO examinar todos os documentos exigidos neste Edital.
- **6.5.** A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Edital será desconsiderada julgando-se pela desclassificação;
- **6.6.** Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários constantes neste Edital.

7. DA HABILITAÇÃO

- **7.1.** Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.
- **7.2.** Para habilitação desta Dispensa de Licitação será exigida a seguinte documentação:

7.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física);
- **b**) Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Ato constitutivo devidamente registrado no cartório de Registros Civis de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-MEI, emitido pela Receita Federal do Brasil, caso o interessado seja um Microempreendedor Individual-MEI.

7.2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- **b**) Prova de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual** e/ou **Municipal**, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual** e **Fazenda Municipal** quando for o caso, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da empresa, mediante Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita;
- e) Prova de regularidade de débito para com o **Sistema de Seguridade Social, (INSS)**, e o **Fundo de Garantia, (FGTS)**, a Secretaria da Receita Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- g) Consulta consolidada em nome do pretenso contratado emitida pelo **Tribunal de Contas da União, relativa aos CNIA Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; Portal da Transparência; CEIS Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas; Portal da Transparência CNEP Cadastro Nacional de Empresas Punidas.** "(NR) (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).
- h) Alvará de Funcionamento.



CNPJ: 13.284.658/0001-14

7.2.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente lançados no livro diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da empresa, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. O licitante apresentará, conforme o caso, publicação do balanço ou cópia reprográfica das páginas do livro diário onde foram transcritos o balanço e a demonstração de resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial.
- **b.1**) para balanço escriturado pelo Sistema Público de Escrituração Digital-SPED o mesmo deverá estar acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento, Recibo de Entrega de Livro Digital e Recibo de Entrega da Escrituração (FCONT) encaminhada a RFB;
- **b.2**) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- b.3) é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social

Obs.: Dispensado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo SIMPLES NACIONAL e para os Microempreendedores Individuais-MEI.

7.2.4. HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- **b**) Toda a Documentação de Licenciamento e de vistorias realizadas previamente pelo DETRAN devendo o veículo possuir placas de aluguel.
- c) Contrato assinado com o proprietários do veículo ou prova de vínculo entre a licitante e o proprietário do veículo, devendo estes contratos/prova de vínculo estar com reconhecimento de firmas das assinaturas, e acompanhado dos documentos de identificação do(a) proprietário(a) do veículo (RG, CPF, Comprovante de Residência), bem como Declaração firmada sob penas da lei, emitida pelo proprietário do veículo informando sobre a inclusão de seu veículo na prestação dos serviços; Obs.: somente quando o veículo não for de propriedade da licitante.
- d) Carteira Nacional de Habilitação Definitiva CNH com categoria do(s) motorista(s) do veículo conforme porte do veículo e exigência da legislação.

7.2.5. DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR, CONFORME ANEXO II.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **8.1.** A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.
- **8.2.** Poderá, a Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba, revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
- **8.3.** A Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba poderá anular o presente Edital, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação.



CNPJ: 13.284.658/0001-14

- **8.4.** A anulação do procedimento oriundo deste Edital, não gera direito a indenização.
- **8.5.** Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba.
- **8.6.** Ao apresentar a proposta de preços, o INTERESSADO declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta CHAMADA PÚBLICA, quer direta ou indiretamente.
- **8.7.** A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do INTERESSADO, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência.
- **8.8.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicarão a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

Guajeru-Ba, 22 de Outubro de 2024.

Jilvan Teixeira Ribeiro Prefeito Municipal



FORNECEDOR:

dizeres "conforme o edital" ou dizeres semelhantes.

Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba CEP: 46.205.000

CNPJ: 13.284.658/0001-14

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2024

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículo do Tipo ônibus, com motorista para atender o grupo de idosos da Melhor Idade, mediante oferta de atividades planejadas e regidas pelos eixos norteadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, sob gestão do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS de Guajeru/BA.

CNPJ:

ENDEREÇO MUNICIPIO			CEP: ESTADO:	INSC. EST.: FONE:	
DATA: DADOS BAN	E	-MAIL:	CONTATO:		
O MUNICÍP m atendiment			e Licitação em epígrafe, apresentamos a se	guinte proposta de pre	eços:
TEM OILA	NT LINII		ESDECIEICAÇÃO	VALOR VALOR	
TENI QUA	M QUANT. UNID. ESPECIFICAÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL		
			VALOR TOTAL		R\$
	complet	•	rmações e esclarecimentos, o(a) Sr.(a)		
FUNÇ. CPF					
TELEF					
ENDE PROFI	REÇO COM	PLETO			
	OO CIVIL				
E-MAI	L				
RAZO DE V	ALIDADE 1	DA PROPOS	TA: 90 (noventa) dias.		
LO	OCAL e DAT	ΓA	,de	de 20_	·
			ra do dirigente (ou representante legal) da en do dirigente (ou representante legal) da emp		
DBSERVAÇÕES			·		
1) Emitir em papo			nente todas as especificações técnicas do objeto oferta	do, onde não serão aceitas e	especificações co



CNPJ: 13.284.658/0001-14

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2024

ANEXO II - DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante, profissão e estado civil], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante], residente e domiciliado(a) na [Endereço Completo], DECLARA que:

I. para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência — PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

II. para os devidos fins licitatórios que não incorrem nos impedimentos para disputa da Dispensa ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal n° 14.133/2021.

III.não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, ressalvando-se a condição de menor aprendiz, cuja contratação é permitida nos termos da legislação;

IV.não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal:

LOCAL e DATA.		,de	de 20
	•	ı representante legal) da em epresentante legal) da empr	

Obs.: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste processo.



CNPJ: 13.284.658/0001-14

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2024

ANEXO III TERMO DE REFERÊNCIA

Órgão responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social

1 DO OBJETO

1.1. Contratação de uma empresa que prestará serviços de locação de veículo automotivo com motorista. O objetivo é atender o grupo de idosos da Melhor Idade no translado de Guajeru a Porto Seguro, oferecendo atividades planejadas conforme os eixos norteadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), sob a gestão do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Guajeru/BA.

			Valores		
Item Quant.	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total	
1	01	Serviço	Locação de veículo com capacidade de 54 lugares para os integrantes do Grupo Melhor Idade, pertencentes ao Grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, da cidade de Guajeru e destino a Porto Seguro. Saída no dia 01/11/2024 com retorno no dia 03/11/2024 do corrente mês. Sendo o veículo igual ou superior a um ônibus Scania DD rodoviária, carroceria Marcopolo 1800, com 54 lugares, semileito, ar condicionado, 2 geladeiras com 200 copos de água, TV, DVD e som ambiente.	R\$: 14.000,00	R\$: 14.000,00

1.2. Especificações do Objeto:

- 1.2.1 Locação de um veículo com capacidade para 54 lugares, destinado ao transporte do Grupo da Melhor Idade, pertencentes ao Grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da cidade de Guajeru com destino a Porto Seguro.
- 1.2.2 O veículo será um Ônibus Scania DD rodoviário, com Carroceria Marcopolo 1800, equipado com 54 lugares, assentos semileito, ar-condicionado, 2 geladeiras com 200 copos de água, TV, DVD e sistema de som ambiente.
- 1.2.3 O translado será realizado com saída no dia 01/11/2024 e retorno no dia 03/11/2024.

1.3. Requisitos da Contratada:

- 1.6.1 Ter experiência comprovada na prestação de serviços de locação de veículos com motorista para transporte de grupos.
- 1.6.2 Possuir veículos em bom estado de conservação e manutenção.
- 1.6.3 Dispor de motoristas habilitados e com experiência no transporte de passageiros.
- 1.6.4 Garantir a segurança e o conforto dos passageiros durante o translado.
- 1.6.5 Disponibilizar o veículo e motorista na data e horário estabelecidos.
- 1.6.6 Realizar a manutenção preventiva e corretiva do veículo durante a vigência do contrato.
- 1.6.7 Fornecer todos os insumos necessários para o funcionamento do veículo (combustível, peças, etc.).
- 1.4. Providenciar seguros obrigatórios do veículo e de responsabilidade civil.
- 1.5. Atender prontamente a quaisquer solicitações ou reclamações da Contratante.



CNPJ: 13.284.658/0001-14

- 1.6. Cumprir rigorosamente as normas e legislação de trânsito.
- 1.7. Esses requisitos são essenciais para garantir a qualidade e a segurança do serviço a ser prestado, assegurando que o transporte dos idosos ocorra de forma eficaz e dentro das normas estabelecidas.

2 DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação se fundamentou na Lei 14.133/21. A opção de escolha da modalidade de aplicação para contratação dar-se-á em razão do valor a ser obtido por pesquisa de preço.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A solução está amplamente descrita no Estudo Técnico Preliminar.

4 DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA

4.1 A execução do objeto está definida no estudo técnico preliminar e com contratação ao longo de 01 (um) mês, sob regime de execução única/integral, na forma definida pela Administração e com a obrigação de entregar na cidade de Porto Seguro/BA.

5 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO/REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 A empresa deverá atender todas as especificações e exigências constantes no Estudo Técnico Preliminar indexo a este termo de referência, versando sobre a obrigação.
- 5.2 Ademais, a empresa terá de comprovar no ato da contratação e durante toda a execução do contrato sua regular situação fiscal, trabalhista, econômica e financeira e declarar, sob as penas da lei, não estar suspensa ou impedida de contratar com a Administração Pública.
- 5.3 A solução global para a contratação do serviço de locação de veículo com motorista para o translado dos idosos da Melhor Idade de Guajeru a Porto Seguro envolve os seguintes elementos principais:

5.4 Locação de veículo:

- 5.5 Ônibus Scania DD rodoviário, com capacidade para 54 lugares.
- 5.6 Carroceria Marcopolo 1800, com assentos semi-leito, ar-condicionado e demais itens de conforto.
- 5.7 Veículo em bom estado de conservação e manutenção.

5.8 Serviços incluídos:

- 5.9 Motorista habilitado e com experiência no transporte de passageiros.
- 5.10 Fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva do veículo.
- 5.11 Seguro obrigatório do veículo e responsabilidade civil.
- 5.12 Provisão de 200 copos de água, TV, DVD e sistema de som ambiente.
- 5.13 Período do translado:
- 5.14 Saída de Guajeru no dia 01/11/2024, com retorno no dia 03/11/2024.
- 5.15 Duração total de 3 dias, incluindo o deslocamento de ida e volta.
- 5.16 **Atividades durante o translado**:
- 5.17 Realização de atividades planejadas e regidas pelos eixos norteadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).
- 5.18 Objetiva atender às necessidades de lazer, socialização e promoção da qualidade de vida dos idosos.

5.19 Gestão e acompanhamento:

- 5.20 O serviço será gerenciado pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Guajeru/BA.
- 5.21 Acompanhamento e avaliação da execução do contrato pela equipe técnica do CRAS.



CNPJ: 13.284.658/0001-14

5.22 Essa solução global visa proporcionar um translado seguro, confortável e enriquecedor para os idosos da Melhor Idade, alinhado aos princípios do SCFV e com a devida gestão e acompanhamento pelo órgão competente.

6 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Poder:

2 Poder Executivo

Órgão:

4 Fundo Municipal De Assistencia Social De Guajeru

Secretaria:

030901 Secretaria Municipal De Assistencia E Desenvolvimento Social

Unidade:

03.09.01 Secretaria Municipal De Assistencia E Desenvolvimento Social

Projeto/Atividade:

8.244.118.2.071 SCFV - Serviço De Convivência E Fortalecimento De Vínculo

Elemento Despesa:

3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiros – P. Jurídica

7 PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência será de **01 (um) mês** e poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.

8 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.
- 8.2. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

Habilitação jurídica:

- 1. Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:
- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Regularidade fiscal, social e trabalhista:



CEP: 46.205.000 CNPJ: 13.284.658/0001-14

- a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade perante a Fazenda Federal;
- d) Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;
- f) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas).

Qualificação Econômico-Financeira (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

Qualificação Técnica:

- a) Apresentação de, no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da Proponente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo serviços/fornecimentos de complexidade similar ou superior à do objeto deste edital;
- a.1) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o art. 64 da Lei 14.133/21.
- b) Alvará de Localização e Funcionamento.

9 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1. A seleção do fornecedor deverá ser realizada pela seleção da proposta mais vantajosa e que cumpra todos os requisitos previstos neste termo de referência.
- 9.2. O julgamento da proposta deverá será do tipo MENOR PREÇO e modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos da Lei 14.133/21.

10 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada por um servidor da Municipalidade, nomeado como fiscal do contrato. Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput.
- 10.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. O contratante realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da apresentação do documento fiscal correspondente. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.



CNPJ: 13.284.658/0001-14

- 11.2. A nota fiscal será emitida pela contratada após o recebimento definitivo dos bens e em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:
- a) indicação do número do contrato;
- b) indicação do objeto do contrato;
- c) destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento, (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;
- d) conta bancária, conforme indicado pela contratada na nota fiscal.
- 11.3. Deverão ser apresentados pela contratada com a nota fiscal, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:
- a) apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União:
- b) apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal, inclusive com o Município de Guajeru, Bahia;
- c) apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 11.4. O contratante fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a contratante se reserva o direito de efetuá-la ou não nos casos em que for facultativo.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. A CONTRATADA obriga-se a:
- 12.1.1 A efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância as especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 12.1.2 Executar o objeto deste Contrato em consonância e de acordo com os interesses públicos informados pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos na proposta de preços.
- 12.1.3 Não promover a cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, da obrigatoriedade e responsabilidade do objeto deste contrato.
- 12.1.4 Ressarcir à Administração equivalente ao valor pago, por qualquer irregularidade constatada.
- 12.1.5 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência.
- 12.1.6 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 12.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.
- 12.1.8 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
- 12.1.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 12.1.10 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.



CNPJ: 13.284.658/0001-14

13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. A CONTRATANTE obriga-se a:
- 13.1.1 Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário e demais condições estabelecidas no Edital.
- 13.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- 13.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 13.1.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 13.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos nesse termo.
- 13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14 DA GARANTIA

14.1. Não aplicável.

15 DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. O Município de Guajeru/BA reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.
- 16.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei nº 14.133/2021.
- 16.3. Fica eleito o foro da Comarca de Caculé como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias à execução, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social do Município de Guajeru, BA.